



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/04/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL AQUI	
2.1. VARA CRIMINAL.....	3
3. JORNAL CORREIO POPULAR	
3.1. VARA CRIMINAL.....	4 - 5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CONVÊNIOS.....	6
4.2. VARA DA MULHER.....	7 - 9
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	10 - 11
5.2. VARA CRIMINAL.....	12 - 13
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DECISÕES.....	14
6.2. DESEMBARGADOR.....	15 - 17
6.3. PRECATÓRIOS.....	18
6.4. VARA CRIMINAL.....	19
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	20
7.2. COMARCAS.....	21 - 22
7.3. CORREGEDOR (A).....	23
7.4. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	24

Pauta da Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira tem 11 processos

Onze processos – incluindo questão de ordem, recursos administrativos, entre outros – serão apreciados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão plenária administrativa, a partir das 9h, nesta quarta-feira (19), cuja

agenda pode ser consultada no Portal do Judiciário em “Sessões Administrativas”.

A sessão plenária será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário. Para

usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos no-

mes Rádio TJMA ou TJMA. Quem tem sistema de mídia ou equipamento de som, com conexão por bluetooth ou USB, pode acessar a emissora no aparelho, em casa ou no carro, a partir de um celular conectado a uma rede wi-fi ou de dados móveis.

Pauta da Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira tem 11 processos

2

MADRE DEUS

Senarc captura suspeito de tráfico em vários bairros

Um jovem de 22 anos foi capturado, no bairro da Madre Deus, por conta de cumprimento de mandado de prisão preventiva, expedido pelo juiz da Central de Inquéritos. Brendo Rogério Borges Santos foi detido em ação da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). "O Brendo Rogério Borges Santos fora preso pelo crime de tráfico de entorpecentes", revelou Carlos Alessandro, superintendente da Senarc. A prisão aconteceu no bairro da Madre Deus, onde Breno mora. O delegado ponderou ainda que a prisão culminou após suceder um serviço de investigações, que o apontavam como a pessoa que realizava a comercialização de cocaína e maconha em vários bairros de São Luís, principalmente nos bairros da Macaúba, Centro e Madre Deus. Após ser capturado, Brendo foi informado do cumprimento de mandado de prisão preventiva e encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.

Câmara aprova convocação de secretário particular do prefeito Assis Ramos



Reprodução

mento que pede a convocação, disse que Ivan Pantera caluniou e difamou os vereadores, usando expressões chulas. O aliado do prefeito chama os vereadores de “fuleiros”, diz que todos vão atrás do prefeito para pedir empregos e que o presidente da Câmara Municipal só fala “eguagem”.

De acordo com o Portal da Transparência, Ivan Pantera ocupa o cargo de secretário particular do prefeito, com salário líquido de R\$ 7.391,56. Por ocupar cargo público, os vereadores entendem que as acusações se tornam ainda mais graves.

Além disso, essa é uma prática recorrente do hoje servidor público, que no ano de 2016 foi intimado pelo Juizado Especial Criminal (Processo nº 284-58.2016.8.10.0045), também para prestar esclarecimentos por calúnia e difamação.

Punição - “Todos os dias ele xinga alguém nas redes sociais, uma mulher, um homem. E ele é secretário particular do prefeito. Considero isso muito grave e o prefeito não toma nenhuma

Plenário da Câmara exige imediata exoneração de Ivan ‘Pantera’.

CARLOS GABY

O plenário da Câmara Municipal aprovou a convocação do servidor público nomeado Ivaneude Rodrigues dos Santos, secretário particular do prefeito Assis Ramos, segundo o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal. Ivan ‘Pantera’, como é conhecido, postou comentários e áudios nas redes sociais acusando todos os vereadores de pedirem vantagens ao pre-

feito e atacando o presidente da Casa, José Carlos Soares, além de usar expressões discriminatórias contra as mulheres.

Além da convocação, os vereadores querem ainda a exoneração do servidor. Ele poderá se processado civil e criminalmente. Caso não atenda a convocação, o prefeito pode responder processo em ação civil pública por improbidade administrativa.

O vereador Aurélio Gomes (PT), autor do requeri-

atitude e a Câmara Municipal até então, estava calada”, explicou o vereador Aurélio, ao fazer uso da tribuna para denunciar o caso.

Irmã Telma (PROS), pediu respeito em nome das mulheres de Imperatriz. “Ele fere a honra das mulheres. Como mulheres e legisladoras que somos, não podemos deixar isso acontecer. Acredito que não foi com o aval do Prefeito, mas se foi, pior ainda”, declarou.

Ivan Pantera se tornou conhecido nas redes sociais pela maneira agressiva com que ataca adversários do prefeito, em alguns casos sugerindo ameaças veladas.

“Não tenho medo desse sujeito. Imperatriz não pode voltar ao tempo da pistola-gem”, disse o vereador Carlos Hermes (PCdoB).

“Só nesta legislatura, dois vereadores foram assassinados no Maranhão. Isso me assusta e me preocupa muito”, acrescentou Zesiel Ribeiro (PSDB).

Ricardo Seidel (Rede) afirmou que Ivan Pantera tentou desmoralizar toda a Casa

e o prefeito não pode ser conivente com “tal postura”. “O prefeito não deve ser omissivo, já deveria ter exonerado esse sujeito”.

O líder do Governo, Hamilton Miranda, votou a favor do requerimento e defendeu a exoneração imediata do servidor, “um cão de guarda”, na definição de Hermes.

João Silva, que votou contra a convocação para não “dar status ainda mais” para o servidor, pediu sua exoneração imediata.

Fábio Hernadez (PSC), vice-presidente da Casa, disse que Ivan Pantera praticou vários crimes e que a Câmara deve processá-lo nas varas civil e criminal.

No plenário, a população também apoia o discurso dos vereadores. “Eu apoio a indicação do vereador Aurélio, mas sabemos que ele só vem se quiser. Mesmo que as pessoas falem isso por aí, mas ele falando assim, é mais grave. Ele é servidor público”, opinou o presidente da Associação de Moradores do Parque Amazonas, Expedito.

- O Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado realizarão ações conjuntas que integram o Projeto Cuidar, para defesa e promoção dos direitos da criança.



“Não são apenas leis que vão mudar uma cultura de violência contra a mulher, porque muitas delas já estão naturalizadas na nossa cultura. Precisamos cada vez mais do fortalecimento de políticas públicas”

KAZUMI TANAKA, coordenadora das delegacias especializadas no Atendimento à Mulher do Maranhão, sobre violência contra a mulher.
Em *Cidades 2*

Mais mulheres têm sido encorajadas a denunciar violência

Este ano, quase mil boletins de ocorrência foram registrados na Delegacia da Mulher, e os casos de abusos têm ganhado repercussão na mídia

Flora Dolores

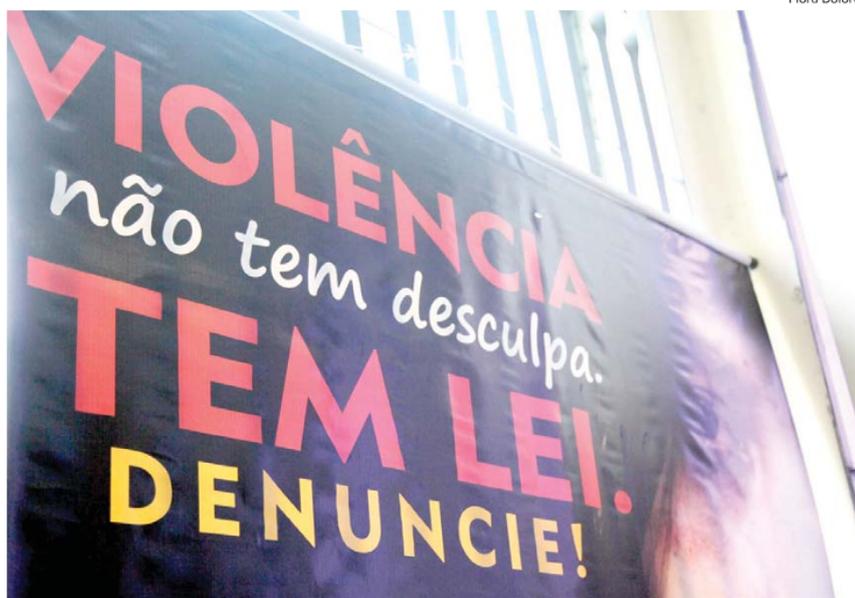
De janeiro a março deste ano, 965 mulheres registraram boletim de ocorrência na Delegacia Especializada da Mulher (DEM). Os casos de violência contra a mulher estão ganhando cada vez mais repercussão na mídia. Em São Luís, recentemente vários protestos aconteceram na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) após o estupro de duas estudantes em um intervalo de apenas quatro dias. Segundo a coordenadora das delegacias especializadas no Atendimento à Mulher do Maranhão, a delegada Kazumi Tanaka, mais mulheres têm se sentido encorajadas a denunciar casos de violência, mas ainda é preciso fortalecer as políticas públicas de atendimento às vítimas.

De acordo com a delegada, os tipos mais comuns são as violências psicológicas cometidas por meio de ameaças e injúria. "Muitas vezes, a mulher que está no relacionamento não identifica que está vivendo situações de violência. Ela acredita que aquela manipulação, aquelas humilhações são naturais e fazem parte da relação. Mas não é assim. Por isso é tão importante que a vítima identifique que está em situação de violência para que a gente comece a reverter esse caso", informa.

Intervenção

Ainda segundo a delegada, não é apenas a polícia que pode intervir nos casos de violência contra a mulher. Atualmente, em São Luís, existe uma rede articulada de atendimento institucional, a Rede Amiga da Mulher, que reúne vários organismos, como a Delegacia da Mulher, Casa Abrigo, Defensoria Pública, Judiciário, Ministério Público Estadual, Hospital Clementino Moura (Socorrão II), Centro de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de Violência, entre outros.

"Qualquer outra instituição desta rede pode começar esse atendimento. Muitas vezes, a mulher não quer procurar a polícia porque isso



Casos de violência contra a mulher devem ser denunciados na DEM ou pelo 180, um canal direto

“Toda mulher está suscetível a sofrer violência porque a nossa sociedade é machista, é patriarcal. O problema da violência da mulher é uma questão cultural. Não se pode esperar que ela mude apenas por causa de uma lei”

KAZUMI TANAKA, coordenadora das delegacias especializadas no Atendimento à Mulher do Maranhão

dá a ideia de processo na Justiça e nem sempre é isso o que elas querem. As vítimas muitas vezes querem que o agressor mude seu comportamento, e em muitos casos elas sequer conseguem acessar o serviço de proteção, porque elas estão depressivas, muito machucadas emocionalmente por causa do ciclo de violência a que estão submetidas. Esse atendimento multidisciplinar ajuda a dar à mulher o fortalecimento necessário para que ela identifique que está em um relacionamento abusivo e se libertar desta violên-

cia”, destaca Kazumi Tanaka.

Em muitos crimes, só a denúncia da mulher pode dar início ao atendimento jurídico necessário para a punição do agressor. “Os crimes de estupro e violência doméstica não têm testemunha. São apenas a vítima e o agressor. Então, não há testemunhas dessas agressões. A palavra da vítima nestas situações é muito relevante e vai se juntar às provas judiciais, sendo fundamental para a decisão da Justiça. Mas, independentemente de qualquer coisa, precisamos da colaboração da ví-

tima”, afirma.

Fortalecimento

Kazumi Tanaka frisa que a violência contra a mulher sempre ocorreu e que as ocorrências registradas na DEM se mantêm em um patamar muito próximo ano após ano, mas agora há um grande estímulo para que haja a denúncia. “Com essa cultura de identificação dos relacionamentos abusivos, violentos, as mulheres estão procurando mais ajuda, têm conversado mais entre si, buscando mais informações e denunciando estes casos com mais frequência”, diz.

Por isso, ela acredita que é preciso fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. “Vamos mudar esse quadro à medida que as políticas forem fortalecidas, fazendo com que a mulher identifique as situações de violência e acredite que suas denúncias serão levadas a sério e com respeito, elas serão estimuladas a se libertar dessa situação”.

FIQUE ALERTA E DENUNCIE

Ligue 180

O Ligue 180 foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2005, para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país (a ligação é gratuita).

Delegacia Especial da Mulher

A Delegacia Especial da Mulher (DEM) fica localizada na Avenida Beira-Mar. Os telefones de contato são: 0800 280 6060 e 3221-2338

Casa Abrigo

3246-4370

Conselho Municipal da Condição Feminina

Rua dos Afogados, Centro. Telefone: 3212-8309

DIVULGAÇÃO

Final de inscrições

O Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) recebe até hoje, 19 de abril, inscrições para a IV Exposição Fotográfica Integração e Cidadania - "Um amor de mãe", que será aberta no dia 8 de maio e vai até 12, como parte das comemorações pelo Dia das Mães. Podem concorrer trabalhos fotográficos nas categorias amadora e profissional. As regras para a seleção estão disponíveis no edital do evento. Os artistas selecionados receberão certificados de participação, após o encerramento da exposição.

Inscrições para exposição

O Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) receberá inscrições, de 3 a 20 de abril, para a IV Exposição Fotográfica Integração e Cidadania - "Um amor de mãe", que será aberta no dia 8 de maio e vai até 12, como parte das comemorações pelo Dia das Mães. Informações sobre as inscrições pelo telefone (98) 3194-5831.

CULPADOS OU INOCENTES?.....

Quadrilha que assaltou churrascaria é solta

Tantos porquês têm sido feitos pelas famílias maranhenses nos últimos dias. Várias prisões foram realizadas já neste mês. Para elas, poucas soluções estão sendo tomadas em prol de suas seguranças. A liberação de presos em período de feriados tem sido umas das inquietações também pautadas em uma sociedade incomodada com o aumento da criminalidade. Só no mês de abril, cinco pessoas foram presas e, em menos de duas semanas, todas foram soltas. No primeiro trimestre de 2017, 225 assaltos foram cometidos nos transportes públicos e, em 17 dias do mês de abril, 22 homicídios aconteceram. Esses são dados levantados pelo jornal **O Imparcial** junto aos órgãos competentes.

No dia 5 deste mês, uma quadrilha assaltou a churrascaria Sal e Brasa, localizada em um bairro de luxo na capital maranhense. Os assaltantes, identificados como Neurivan Pereira, de 33 anos, Reimaril-

do Rodrigues dos Santos, de 21 anos, Thiago de Caldas Costa, de 24 anos, e uma funcionária da churrascaria, identificada como Cleudiane do Nascimento Melo, de 29 anos, foram presos dois dias depois do crime. Em pouco mais de uma semana, a quadrilha foi solta com o uso de tornozeleira eletrônica por decisão da Justiça.

A liberdade provisória foi concedida pelo juiz Figueiredo de Almeida, após audiência de custódia, realizada no dia 8 de abril. O magistrado concedeu a liberdade provisória e impôs o uso de tornozeleira eletrônica aos quatro indiciados, além do cumprimento de outras medidas cautelares como: comparecer a todos os atos processuais, não se ausentar da comarca de São Luís sem autorização do Juízo e comunicar ao juiz qualquer mudança de endereço. Segundo a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), os indiciados são primários e não há registro de antecedentes criminais dos presos.

Dona Luciana Braga, de 42 anos, está tomada por um sentimento de revolta e medo. Segundo ela, viver em segurança está sendo cada vez mais difícil. “Não basta só esses presos cometerem o crime, ter provas do crime cometido e ainda assim eles recebem o direito de ser solto. Convivo com o medo após essa liberação de presos do feriado de Páscoa. Abstenho de sair da minha casa com medo de tantos criminosos soltos por aí. Minha esperança de uma justiça de fato justa já se

foi”, desabafa a dona de casa. O seu marido Zé Rita foi vítima de um assalto no último sábado, ao sair de um supermercado. “Eram dois caras e estavam usando tornozeleiras. Eles puxaram a arma e pediram minha moto. Não tive outra reação, foi o jeito entregar. Até quando vamos viver com uma justiça que só defende os corruptos? Estou cansado e penso em sair do estado com a minha família”, concluiu o entregador de água. (EA)



Os ladrões da churrasceria só passaram três dias presos e já estão livres, leves e soltos, gozando da impunidade

Constrangimento por disparo de alarme antifurto de loja resulta em indenização

A C&A Modas foi condenada a pagar indenização de R\$ 7 mil, por danos morais, a um consumidor que se sentiu constrangido por ter sido abordado por funcionários a serviço da empresa, quando saía de uma das lojas da rede em São Luís. Segundo o cliente, o sistema antifurto do estabelecimento disparou em razão de não ter sido retirado o dispositivo de segurança de um dos produtos que ele havia adquirido.

A decisão que condenou a loja de departamentos foi da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve a decisão da 4ª Vara Cível de São Luís, proferida pelo juiz Clésio Coelho Cunha, modificando o voto somente para reduzir o valor da indenização, que havia sido fixada em R\$ 15 mil em primeira instância.

Inconformada com a decisão da Justiça de 1º Grau, a C & A apelou ao TJMA, alegando que não houve prática de ato

ilícito, por considerar que atuou no exercício regular de direito e que não houve excesso pelos seus seguranças, na abordagem do consumidor. Acrescentou que não há prova do dano moral, mas uma situação de mero dissabor.

Para o relator, desembargador José de Ribamar Castro, é incontroverso que o consumidor, ao sair da loja, já em via pública, tenha sido abordado pelos seguranças da C&A, em razão do acionamento do sistema antifurto e que, após a conferência das roupas que havia adquirido, constatou-se que não foi retirado o dispositivo de segurança de uma das peças - por negligência de funcionária da loja -, item este que estava devidamente pago, conforme nota fiscal.

O desembargador registrou que a loja não nega a ocorrência do fato, embora alegue que não tem o intuito de ensejar constrangimento, já que a abordagem teria sido feita de modo cortês.

Ribamar Castro ressaltou que os elementos de prova do processo evidenciam que a situação extrapolou o mero dissabor, uma vez que o consumidor foi abordado fora da loja e teve de se submeter à conferência dos produtos que havia regularmente adquirido.

Destacou que o acionamento do alarme sonoro configura-se motivo suficiente, segundo as regras de experiência comum, para causar transtornos e constrangimentos indevidos, pois gera suspeita de furto e enseja danos morais indenizáveis.

O relator, entretanto, considerou o valor de R\$ 7 mil apropriado aos objetivos da condenação. O desembargador Raimundo Barros e a juíza Alice de Sousa Rocha, convocada para compor quórum, concordaram com a reforma, em parte, da decisão de primeira instância.

Ministério Público empossa novo corregedor-geral *P6c1*

Ministério Público empossa novo corregedor-geral



Eduardo Nicolau afirmou que trabalhará por um MP mais humano e social

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão realizada na manhã desta segunda-feira, 17, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, foi empossado o novo corregedor-geral da instituição, o procurador de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

O corregedor-geral do MPMA, que tem quase 37 anos de atuação no Ministério Público do Maranhão, assume o cargo para o biênio 2017-2019. Eduardo Nicolau foi eleito pelo Colégio de Procuradores no último dia 5, quando concorreu com o também procurador de justiça Carlos Jorge Avelar Silva.

Após o juramento do novo corregedor-geral, foi feita a leitura do termo de posse, pela

procuradora de justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, e a assinatura do termo pelo empossado e pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O procurador de justiça Suvamy Vivekananda Meireles, que deixava o cargo de corregedor-geral do MPMA após o seu quarto mandato, falou sobre os seus quatro anos à frente da Corregedoria, elencando avanços como o Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Maranhão e o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014, que regulamenta normas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Colégio de Procuradores de Justiça, uniformizando nomenclaturas e prazos de tramitação de demandas



Fotos: Divulgação

Para Tarcísio Bonfim, a orientação da Corregedoria é importante na conquista de resultados para a sociedade

submetidas ao MPMA.

Suvamy Meireles também lembrou a criação do Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), que teve apoio direto da Corregedoria e os providimentos que tratam do estágio probatório dos membros do MPMA e das correições e inspeções nas promotorias de justiça, ressaltando que foram feitas, nos últimos quatro anos, cerca de 300 correições em promotorias e procuradorias de justiça.

O presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão, Tarcísio José de Sousa Bonfim, falou sobre a importância do controle do poder em um regime democrático, papel que no Ministério Público é exercido pela Corregedoria. Para o promotor de justiça, o apoio e a

orientação do órgão aos membros da instituição são importantes na busca por resultados efetivos à comunidade.

Tarcísio Bonfim homenageou Suvamy Meireles, que "empunhou como arma maior o diálogo, a orientação e interlocução", além de lutar pela autonomia da Corregedoria local frente à Corregedoria Nacional do Ministério Público. Em nome da Ampem, seu presidente desejou ao novo corregedor-geral do MPMA sucesso, acreditando no seu empenho em proporcionar condições para que os membros da instituição possam desempenhar suas atribuições.

Eduardo Nicolau afirmou que a confiança depositada pelo Colégio de Procuradores aumenta a sua responsabilidade e o fará mais atento na

busca por um Ministério Público mais humano, mais social e mais comprometido com os interesses de quem, por falta de direitos sociais, clama por quem o proteja.

"Esse é o nosso papel: ouvir e agir. E é essa a marca que quero imprimir à gestão da Corregedoria do Ministério Público nesses dois anos", afirmou o corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão. Eduardo Nicolau afirmou que pretende trabalhar para renovar o entusiasmo de cada membro da instituição em seu compromisso constitucional de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

"Não pouparemos esforços para apoiar cada promotor e promotora de justiça que queira fazer de sua promotoria uma trincheira para a cidadania, para o combate à criminalidade e à corrupção e para a defesa dos direitos transindividuais", garantiu Eduardo Nicolau. "Mas peço que também venham comigo. Preciso de todos. Vamos juntos renovar o nosso entusiasmo e nos doar mais e melhor para essa sociedade tão sofrida e que quer ver a sua redenção passar por uma parceria com

quem foi concebido constitucionalmente para estar ao seu lado", completou.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, falou sobre a Carta de Brasília, documento assinado entre a Corregedoria Nacional do Ministério Público e as corregedorias dos ramos ministeriais visando à modernização do controle das atividades e ao fomento de uma atuação resolutive do Ministério Público brasileiro, ressaltando a importância das corregedorias nesse trabalho.

"A Corregedoria deve apoiar esses homens e mulheres para que enfrentem os alçozes dos interesses sociais que a Constituição nos incumbiu de defender. E apoiar esses homens e mulheres é orientar quando necessário, acompanhar quando preciso e exercer o freio disciplinar quando as ilegalidades de alguma conduta pessoal ou profissional deslegitimarem seu papel de agente do Ministério Público", afirmou Luiz Gonzaga Coelho.

Por fim, o procurador-geral de justiça parabenizou o procurador Suvamy Vivekananda Meireles por sua atuação

frente à Corregedoria e ressaltou a enorme capacidade de trabalho do novo corregedor-geral, Eduardo Nicolau, desejando-lhe sucesso e afirmando publicamente o apoio da Procuradoria Geral às atividades da Corregedoria.

Também compuseram a mesa do evento o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa; a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa; a ouvidora do MPMA, Rita de Cássia Maia Baptista Moreira; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha; a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz; a diretora da Escola Superior do Ministério Público, Ana Teresa Silva de Freitas; o deputado federal Aluísio Mendes; o prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando Silva; o defensor público geral, Werther de Moraes Lima Junior; e a representante da Controladoria Geral da União, Leilane Maria da Silva.

Equipe

Após a solenidade, o cor-

regedor-geral e o procurador-geral de justiça se reuniram para dar posse à nova equipe da Corregedoria do MPMA. Os novos promotores-corregedores são José Márcio Maia Alves, José Lucíolo Gorayeb Santos, Antonio Augusto Nepomuceno Lopes, Carlos Henrique Rodrigues Vieira e Luiz Muniz Rocha Filho. A promotora de justiça Lúcia Cristiana Silva Chagas também vai compor a equipe.

Atribuições da Corregedoria Geral

Integrante da administração superior, a Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. Entre suas atribuições, estão as tarefas de fazer correições e inspeções nas Promotorias de Justiça, além de inspeções nas Procuradorias de Justiça.

O corregedor-geral do Ministério Público é auxiliado por um grupo de promotores de justiça-corregedores, integrado por membros da entrância final, indicados pelo corregedor-geral e designados pelo procurador-geral de justiça.

Comitê Gestor de Precatórios promove primeira reunião ordinária do ano

O juiz José Nilo Ribeiro Filho, gestor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e integrante da Câmara Nacional, reuniu-se com representantes do Comitê Estadual de Precatórios - formado por diversos órgãos interessados na questão relativa às dívidas judiciais da Fazenda Pública -, no último dia 11. Essa foi a primeira reunião ordinária deste ano, realizada na Coordenadoria de Precatórios do TJMA, no Centro Administrativo.

Durante o encontro, foram debatidos diversos temas referentes à gestão de precatórios; ao pagamento das dívidas pelos entes, dentre eles o Estado; à identificação dos depósitos judiciais realizados; à efetividade das cobranças; e às mudanças estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

O magistrado do TJMA falou dos esforços envidados pelo Judiciário maranhense na Gestão de Precatórios, das dificuldades encontradas em todo o país em virtude do elevado montante devido pelos entes públicos, e discorreu sobre as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 94/2016, que estabeleceu um novo regime especial de pagamentos de precatórios.

Emenda - A Emenda Constitucional nº 94/2016 altera o art. 100º da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir regime especial

de pagamento para os casos em mora.

As alterações promovidas dizem respeito ao novo procedimento para pagamento de precatórios, dilação dos prazos até 2020 por parte dos entes devedores, além da criação de mecanismos para viabilização da quitação dessas dívidas, a exemplo dos depósitos judiciais e de empréstimos com fins específicos.

Notas técnicas - Na reunião, também entrou em pauta a Nota Técnica nº 04/2017 - da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios dos Tribunais de Justiça -, um complemento à Nota Técnica nº 03/2017, que trata dos procedimentos de gestão correspondentes ao novo regime especial instituído pela Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016. O documento versa sobre o novo regramento para a utilização de depósitos judiciais destinados ao pagamento de precatórios.

O juiz Nilo Ribeiro discorreu, ainda, sobre a importância dos comitês estaduais de Precatórios e a necessidade de reuniões periódicas. "Os comitês estaduais, que servem de instrumento de integração de toda a política relacionada a Precatórios junto ao Conselho Nacional de Justiça, são compostos por órgãos responsáveis por informar ao CNJ acerca das situações de cada Estado, para que conjuntamente com o Comitê Federal, possam ser desenvolvidas políticas pertinentes a essa realidade nacional, muito séria por sinal, em face do grande montante da

dívida pública no país. Por isso, a necessidade de nos reunirmos, periodicamente, para discutirmos as mudanças implementadas e sugestões com vistas a uma melhor gestão", pontuou o magistrado.

Os comitês estaduais foram constituídos por determinação do Fórum Nacional de Precatórios - criado por determinação do CNJ, através da Resolução 158 - que estabeleceu que, além do Comitê Federal, deveriam ser criados comitês estaduais de Precatórios, compostos por representantes dos órgãos interessados na questão relativa às dívidas judiciais da Fazenda Pública.

Polícia Civil cumpre mandado e prende homem acusado de estupro de vulneráveis

Clemilton Colaço Ribeiro, de 59 anos, é acusado de estupro de duas meninas

Nessa terça-feira (18), a Polícia Civil do Maranhão prendeu um homem identificado como Clemilton Colaço Ribeiro, 59 anos. Contra ele tinha um mandado de prisão preventiva expedido pela 3ª Vara Criminal de Timon por estupro de vulnerável.

Segundo investigações da Delegacia Especial da Mulher (DEM), presidida pela delegada Ingrid Albuquerque, Clemilton seria o autor de estupros contra duas crianças de 10 a 13 anos. A delegada informou que o acusado já vinha abusando das vítimas, que são sobrinhas de sua companheira, havia cerca de dois anos. As meninas eram ameaçadas de morte caso relatassem o fato para terceiros. Em um dos



Divulgação/SSP

Clemilton Colaço Ribeiro responde por estupro de vulnerável

casos, uma das menores chegou a ser amarrada e amarrada com cordas.

Ainda de acordo com a delegada, a mãe das vítimas procurou auxílio no Conselho Tutelar e Ministério Público e fez a denúncia na delegacia. De posse dessas informações, foi decretada a prisão de Clemilton, o qual vai responder por estupro de vulnerável, permanecendo preso à disposição da Justiça no presídio de Timon.

Informe JP

Miudinhas

- Onze processos – incluindo questão de ordem, recursos administrativos, entre outros – serão apreciados pelos desembargadores do TJMA, em sessão plenária administrativa, a partir das 9h, nesta quarta-feira (19).



Funcionário da Prefeitura de Coroatá, Huez Ricardo teve prisão preventiva decretada

Funcionário de prefeitura é preso por empréstimos fraudulentos

PÁG. 12 [C1]

Funcionário de prefeitura é preso por empréstimos fraudulentos

NELSON MELO

A Delegacia de Polícia Civil de Coroatá, que tem como titular o delegado Cláudio Mendes, efetuou a captura de Huez Ricardo Santos Trindades, de 32 anos, funcionário da Prefeitura da referida cidade, na noite de segunda-feira (17). Em seu desfavor, havia um mandado de prisão preventiva referente ao crime de estelionato, pois ele enganava idosos com empréstimos fraudulentos.

Mendes narrou que contra o funcionário municipal havia muitas denúncias de suas vítimas, e, por conta disto, um inquérito policial foi instaurado para averiguar a situação. Conforme as investigações indicaram, Huez Ricardo possui uma empresa de empréstimos, e, por meio deste empreendimento, se aproveitava da falta de instrução de pessoas idosas para ludibriá-las nessas negociações fraudulentas, visitando, ainda, a casa desses idosos, que eram persuadidos pelo criminoso e assinavam documentos. Ele realizava empréstimos feitos nas contas bancárias dessas pessoas, de acordo com o delegado. Inclusive, o funcionário da Prefeitura teria enganado até um idoso de 97 anos que é deficiente visual. Devido à investigação, um mandado de prisão preventiva foi solicitado pelo delegado Cláudio, tendo sido decretado pela 2ª Vara da Comarca de Coroatá. Os empréstimos, como frisou Mendes, variavam de R\$ 5 mil a R\$ 11 mil. Esses valores altos não eram repassados às vítimas.

Em um dos golpes, o empresário atacou uma idosa no Banco Bradesco, realizando um empréstimo em nome da aposentada Esmeraldina Marques da Silva, 60, aproveitando-se da falta de conhecimento da vítima



Divulgação/PC

Huez Ricardo teve prisão preventiva decretada por aplicar golpes em idosos

em operar caixa eletrônico de autoatendimento, tendo transferido o dinheiro para outra conta. O suspeito teria realizado a mesma operação financeira com Francisca de Araújo Pereira, 97; Antônio Firmino da Costa, 72, e Maria Raimunda Lima, 59, que é cega.

O MANDADO DE PRISÃO

O documento judicial foi decretado pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara da Comarca de Coroatá. O mandado de prisão foi expedido com base nos relatos da Delegacia de Polícia Civil de Coroatá e nos depoimentos das vítimas. “O requerido”, frisou o magistrado, “é suspeito de cometer estelionato de forma reiterada contra idosos que vivem somente do benefício previdenciário, demonstrando assim ter pouca sensibilidade com o próximo, uma vez que as vítimas são pessoas pobres e com pouco grau de instrução”.

Procurador Eduardo Nicolau toma posse como corregedor-geral do MPMA

O procurador de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau tomou posse, na segunda-feira (17), como novo corregedor-geral do Ministério Público do Estado do Maranhão. Na ocasião, Nicolau afirmou que a confiança depositada pelo Colégio de Procuradores aumenta a sua responsabilidade e o fará mais atento na busca por um Ministério Público mais humano, mais social e mais comprometido com os interesses de quem, por falta de direitos sociais, clama por quem o proteja.

“Esse é o nosso papel: ouvir e agir. E é essa a marca que quero imprimir à gestão da Corregedoria do Ministério Público nesses dois anos”, afirmou o corregedor-geral do MPMA.

Presente, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, integrou a mesa de abertura da sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA.

Anildes Cruz desejou sucesso ao novo corregedor-geral do MPMA, que tem quase 37 anos de atuação no Ministério Público do Maranhão, e assume o cargo para o biênio 2017-2019.

Nicolau foi eleito pelo Colégio



Procurador Eduardo Nicolau toma posse como corregedor-geral do MPMA

de Procuradores no último dia 5, quando concorreu com o também procurador de justiça Carlos Jorge Avelar Silva.

Após o juramento do novo corregedor-geral, foi feita a leitura do termo de posse, pela procuradora de justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, e a assinatura do termo pelo empossado e pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

O procurador de justiça Suvamy Vivekananda Meireles, que deixava o cargo de corregedor-

geral do MPMA após o seu quarto mandato, falou sobre os seus quatro anos à frente da Corregedoria, elencando avanços como o Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Maranhão e o Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014, que regulamenta normas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Colégio de Procuradores de Justiça, uniformizando nomenclaturas e prazos de tramitação de demandas submetidas ao MPMA.

Exposição

O Fórum Desembargador Sarney Costa (Cahau) recebe até quinta-feira, 19 de abril, inscrições para a IV Exposição Fotográfica Integração e Cidadania - "Um amor de mãe", que será aberta no dia 8/05 e vai até 12/05, como parte das comemorações pelo Dia das Mães. Podem concorrer trabalhos fotográficos nas categorias amadora e profissional. As regras para a seleção estão disponíveis no edital do evento. É facultado a cada artista inscrever até 10 trabalhos. A inscrição é gratuita e pode ser feita pelo e-mail forumcultural@tjma.jus.br.

No ato da inscrição o candidato deve apresentar formulário preenchido, cujo modelo encontra-se anexo no edital do concurso, entre outros requisitos. O candidato precisa também indicar, entre os trabalhos expostos, um a ser doado à Galeria Permanente do Fórum Desembargador Sarney Costa.